

PARECER Nº , DE 2004

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Consciência Negra.

RELATORA: Senadora **IDELI SALVATTI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003. De autoria da Senadora Serys Slhessarenko, a proposição dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Consciência Negra e dá outras providências.

O art. 1º da proposta institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro, data da morte do líder negro Zumbi dos Palmares.

O art. 2º estabelece a vigência da lei a partir de sua publicação.

Em sua justificação, a autora do projeto afirma que a instituição do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra representa um instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito pela sociedade brasileira. Assim, se “a história criou, espontaneamente, um ‘mecanismo’ para encobrir, a sociedade política cria, conscientemente, uma instituição reflexiva para revelar”.

A proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Ao contrário de países em que a discriminação dos negros assumiu a forma de nítida exclusão ou segregação, no Brasil o preconceito ocorre de maneira velada, entrecruzada com relações interpessoais supostamente igualitárias. Essa pretendida igualdade serviu de fundamento para o “mito” da democracia racial brasileira.

Além disso, em nosso País, as relações entre negros e brancos ocorrem no âmbito de uma estrutura de classes que demarca elevado nível de desigualdade social. Esse fato tem servido de base para o argumento de que não há discriminação contra os negros no Brasil, mas preconceito contra os pobres.

Grande número de estudos, contudo, tem demonstrado – com abundantes dados empíricos – que a correlação existente entre raça e classe social confirma o preconceito, uma vez que os mais escuros ocupam os estratos mais pobres exatamente em decorrência da discriminação. Raramente, porém, esses estudos têm conseguido romper os limites da academia, de maneira a levar mais amplas camadas da sociedade a confrontar-se com pesquisas que questionam os fundamentos do preconceito contra os negros e de sua dissimulação.

Entre nós, coexistem, portanto, dois planos: o da discriminação, comprovada mediante dados empíricos, e o dos discursos sobre ela, que mascara e escamoteia a realidade de que fala.

Assim, é imprescindível a criação de mecanismos capazes de induzir mudanças na cultura do preconceito, a exemplo do que propõe o projeto em exame. Sem dúvida, a criação do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra representa a instituição de uma data rica em significados quanto à importância do negro e de suas lutas libertárias para a formação da nacionalidade. Por isso, as celebrações dessa data possuem elevado potencial de propiciar reflexões que certamente questionarão idéias dominantes do imaginário da sociedade brasileira.

A proposição necessita, contudo, da adequação de sua ementa, uma vez que a proposta não preconiza providências outras além das determinações contidas em seu art. 1º. Assim sendo, parece-nos imprescindível seja suprimida a expressão “e dá outras providências”, o que fazemos mediante emenda apresentada ao fim do presente parecer.

III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – (CAS)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, a seguinte redação:

Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.”

Sala da Comissão, em 05/10/2004.

, Presidente

, Relatora

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003

Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.”

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica instituído o “Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra”, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 05 de outubro de 2004.

, Presidente

, Relatora